ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

ACTA Nº 22

-----Acta da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal das Velas, realizada no dia 25 de Setembro de 2012. ----------

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Setembro do ano de dois mil e doze, pelas dezanove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho das Velas, deu-se continuidade à sessão ordinária da assembleia municipal do concelho das Velas, presidida pelo senhor António Frederico Correia Maciel, presidente da mesma assembleia municipal para análise, discussão e votação dos pontos da ordem de trabalhos que não haviam sido analisados na reunião anterior desta mesma sessão da assembleia municipal, que se descriminam ----------

----- **1 - Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento;** ----------

----- **2 - Análise do Relatório sobre a informação semestral enviado ao Presidente da Assembleia Municipal pela UHY & Associados, SROC, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas /Execução Orçamental a 30 de Junho de 2012);** ----------

----- **3 - Aprovação de Proposta de Modificação ao Orçamento - 1ª Revisão aos documentos previsionais de 2012;** ----------

----- **4 - Fixação das taxas pelos direitos de passagem/lei das comunicações electrónicas, para o ano de 2013;** ----------

----- **5 - Fixação das taxas do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, para o ano de 2013;** ----------

----- **6 - Análise do parecer da Câmara Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica / Lei nº 22/2012, de 30 de Maio;** ---------

----- **7 - Contratação de um técnico para prestação de serviços na área da informática cujas despesas se efectuarão em mais de um ano económico.** ----------

----- O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dar início à Sessão Ordinária de Setembro como estipulado pela Lei, informando que os senhores deputados tinham sido convocados no dia dezassete de Setembro, respeitando assim, os limites de tempo que o Regimento impunha pelo que a sessão se encontrava dentro das normas legais aplicáveis. ----------

----- Comunicou de seguida que lhe foram comunicadas e justificadas as ausências das senhoras deputadas municipais Susana Silva, Fátima Silveira e Rosa Pinto, do grupo municipal do Partido Socialista que foram substituídas pelas senhoras e senhores deputados municipais João Manuel Cordeiro da Ponte, Tânia Raquel Fonseca Machado e António Laureno de Oliveira da Silveira, do grupo municipal do Partido Socialista, tendo-lhe sido comunicado também a ausência do secretário da mesa, senhor António Oldemiro das Neves Pedroso, que não foi substituído por qualquer outro senhor deputado. ----------

----- Informou também que a Junta de Freguesia da Urzelina lhe comunicara a substituição do senhor presidente da mesma pelo tesoureiro da referida Junta, senhor Luís Filipe Pereira Soares e na Junta de Freguesia das Manadas, o senhor presidente Vasco Matos era substituído pelo senhor Juvelino Reis. ------

----- Verificou-se que estes substitutos já tinham tomado posse anteriormente pelo que estavam em condições legais de assumirem e exercerem os respectivos cargos na Assembleia. ----------

----- Também justificou a falta, por ausência da Ilha, o primeiro secretário da Mesa da Assembleia, o senhor deputado municipal Luís Manuel Bettencourt Teixeira Ávila que se fez substituir pela candidata não eleita posicionada na lista do Partido Socialista imediatamente a seguir ao último candidato chamado a substituir um senhor deputado municipal faltoso da mesma lista, senhora Vânia de Sousa, a quem ainda não tinham sido verificados os respectivos poderes, pelo que solicitou ao senhor Secretário da Mesa que fizesse o obséquio de ler a acta de verificação de poderes da senhora Vânia Gorete de Matos Sousa para, de seguida e como habitualmente, ser a mesma assinada pelo empossado, pelo Secretário da Mesa desta Assembleia e por mim, Presidente da Assembleia Municipal das Velas.

----- Para substituir os senhores secretários da Mesa da Assembleia, o senhor presidente da mesma convidou o senhor deputado municipal Carlos Jorge Bettencourt da Silveira para secretariar aquela sessão. ----------

----- Verificada a legalidade dos substitutos e a sua tomada de posse, o senhor primeiro secretário fez a chamada verificando-se a presença dos senhores deputados municipais António Frederico Correia Maciel, Mark Silveira Marques, Ana Maria Fagundes Pereira, Abel Jorge Moreira, Tânia Raquel Machado, Rui Miguel Sequeira, José Luís Dias Bettencourt, Margarida Augusta Fernandes, Carlos Jorge Silveira, Paula Maria Bettencourt Amarante, João Manuel Cordeiro da Ponte, António Laureno Silveira, Maria da Luz Silva Graças, Juvelino Reis, Dário Almada, Luís Virgílio Silveira, Henrique Teixeira, Luís Filipe Soares e Paulo Alberto da Silveira. ----------

----- Verificou-se a presença de dezanove deputados pelo que a assembleia municipal teve quórum para funcionar. ----------

----- Verificada a legalidade da convocatória e com o quórum assegurado deu-se início aos trabalhos pela ordem dos mesmos, com a chamada de atenção do senhor Presidente da Assembleia aos senhores deputados municipais para o preenchimento das senhas de presença. ----------

-----Posto isto passou-se à leitura do expediente tendo o senhor presidente da assembleia municipal apresentado: ----------

----- 1 - Algumas publicações regionais e nacionais provenientes de Grupos Parlamentares, Partidos Políticos, Associações autárquicas, etc. ----------

----- 2 - Alguns requerimentos e intervenções dos senhores deputados regionais eleitos pelo círculo de São Jorge e que também fazem parte desta Assembleia Municipal, sobre variados temas de interesse para o nosso concelho e a nossa ilha.

----- 3 - Da Associação Nacional dos Municípios Portugueses recebemos mais documentação sobre o Congresso Extraordinário em Santarém no dia 29 de Setembro do corrente ano. ----------

----- Informou a Assembleia Municipal que, por direito próprio, contava estar presente no referido Congresso. ----------

----- 4 - Da Assembleia Regional dos Açores, recebemos cópia de um voto de saudação pela Comemoração dos 25 anos da Semana Cultural, proposto pelo Partido Socialista. ----------

----- Por uma questão de rigor histórico adiantou que a Semana Cultural não comemorou este ano os seus 25 anos porque só os faria no próximo ano, mas sim comemorou a 25ª edição das Semanas Culturais. ----------

----- 5 - Um ofício da Junta de Freguesia dos Rosais enviando cópia de um outro ofício enviado por aquela Junta de Freguesia ao senhor Presidente da Câmara questionando sobre a conclusão da Obra da Serroa - Rosais.----------

----- 6 - O relatório da Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a reforma da Administração Local na Região Autónoma dos Açores. ----------

----- Tal documento, devido à sua extensão, fica arquivado no arquivo desta Assembleia e serão mandadas tirar fotocópias para os senhores deputados municipais que o requererem. ----------

----- 7 - Proposta de Lei nº 44/XII sobre a reorganização administrativa territorial autárquica. ----------

----- À semelhança do anterior, fica arquivado e à disposição dos senhores deputados que requererem fotocópia. ----------

----- Chamou a atenção que no período da Ordem do Dia esta Assembleia se vai debruçar sobre matéria constante destes dois documentos. ----------

----- 8 - Da Comissão das Comemorações do Centenário de Álvaro Cunhal oferecendo colaboração nas acções e iniciativas que esta Assembleia viesse a implementar. ----------

----- Independentemente da figura a homenagear e do seu papel na ditadura e na Revolução de Abril, informou os senhores deputados que não previa qualquer acção ou sessão comemorativa. ----------

----- 9 - Do Director do Núcleo de Estudos de Direito das Autarquias Locais, informou ter recebido um ofício solicitando informações sobre a situação actual da execução da lei nº 22/2012 de 30 de Maio. ----------

----- Comunicou que havia informado o senhor Director do ponto da situação e do facto de, nessa altura, ainda não ter recebido nada da Câmara mas que esta lhe havia anunciado o seu envio para esta sessão. O que veio a acontecer e estava integrado na Ordem dos Trabalhos. ----------

----- 10 - Da Direcção Regional de Organização e Administração Pública comunicou ter recebido o ofício 47-26/01, de 11 de Setembro do corrente ano, mas que lhe fora entregue no dia 19 do mesmo mês, contendo a informação sobre "orientação interpretativa, sob forma de aditamento de natureza interpretativa ao contrato programa estabelecido entre o Município das Velas e a "empresa municipal das Velas".----------

----- Referiu que se os senhores deputados municipais bem se recordavam se tratava do fornecimento do parecer que por deliberação desta Assembleia Municipal, através da Comissão Permanente, fora solicitado àquela entidade. ----------

----- Comunicou que o conteúdo daquele parecer, bem como de outros entretanto chegados à Comissão Permanente, seriam analisados em tempo oportuno através de convocatória da referida Comissão, cujo relatório final seria presente à próxima sessão ordinária desta Assembleia Municipal. ----------

----- Ainda no uso da palavra e em conformidade com o prometido na última sessão o senhor presidente da assembleia informou que havia enviado a cada senhor deputado municipal uma cópia áudio do conteúdo de todas as sessões realizadas por aquela Assembleia Municipal que ainda não possuíam actas para que, ao menos, ficassem os senhores deputados com uma cópia de tudo o que fora dito e tratado nas referidas sessões. ----------

----- Relativamente às outras questões apresentadas na última sessão sobre o mesmo assunto (apresentação de propostas para resolução do assunto do funcionário para esta Assembleia e sobre o pedido formal e oficial de responsabilização de todos quantos impediram por deliberação camarária que esta assembleia municipal tivesse o funcionário a que legalmente tinha direito) comunicou ainda estar a ultimar o estudo de alguma legislação. ----------

----- Reforçou ainda a ideia que a não resolução desse caso não passava por carência de meios financeiros mas tão somente por incompetência e má vontade, dando como exemplo de resolução a hipótese da contratação pela Câmara Municipal de uma pessoa no âmbito do Estagiar L, com formação superior em área adequada às funções, cuja despesa da Câmara Municipal seria apenas relativa ao subsídio de refeição. ----------

----- Passando à intervenção do público o senhor Presidente da Assembleia referiu, que tal como impunha o Regimento e por força do disposto no art.º 21 do mesmo, estava aberto o período antes da ordem do dia para intervenção do público, informando que para o efeito, se tornava necessário, segundo o estipulado no n.º 2 do art.º 25 do Regimento, que os cidadãos interessados em intervir para solicitarem esclarecimentos, fizessem antecipadamente a sua inscrição referindo nome, morada o assunto a tratar, e assim sendo perguntou às pessoas ali presentes se estas pretendiam intervir e se o caso fosse afirmativo, poderiam inscrever-se nos termos regimentais. ----------

----- Depois da respectiva identificação usou da palavra o senhor Luís Cabeceiras que começou por perguntar à Câmara Municipal ali presente, qual era o critério que usava para adjudicação de obras porque lhe parecia que a mesma Câmara era umas vezes rica e outras pobre pelo facto de nas últimas duas sessões que ali tinha estado ter falado do Caminho do Portinho, acontecendo que naquele momento o caminho estava bom por onde os carros passavam mas faltava fazer as valetas pelo que as pedras continuavam a ir para o meio do caminho e com camiões pesados a passar o caminho ia ficando nicado, havendo algumas casas nesse sítio que, no caso de muita chuva, ficariam em perigo, por se prever que entraria água dentro das mesmas. Um outro assunto referia-se ao facto de duas casas terem ficado para trás no caminho e que também não tinham chegado ao largo mais abaixo e que, ao contrário do prometido pelo senhor vereador Amaro Filipe, não tinham arranjado a zona balnear, referindo que se a câmara não concluísse a obra se podia considerar dinheiro para o lixo, porque a água se iria infiltrar por baixo do asfalto, concluindo que a câmara começava uma obra mas nunca acabava, dando como exemplo a rotunda de Santo Amaro, em que a terra estava toda a ir para o meio do caminho. Terminou perguntando à Câmara Municipal, uma vez que a Central de compostagem já deveria estar pronta, se a Câmara já tinha começado a sensibilizar as pessoas para a selecção do lixo. ----------

-----Posto isto, usou da palavra o senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo cidadão Luís Cabeceiras, comunicou que a estrada não estava acabada mas que o ia ser embora daquela maneira já estivesse bastante melhor.

Relativamente à recolha do lixo informou que as câmaras das Velas e a da Calheta tinham tido uma reunião com o senhor Director Regional do Ambiente, no Norte Grande, tendo o senhor Director dito que iria colocar as questões ao senhor Secretário, agendando depois mais algumas reuniões para que de uma vez por todas ficasse resolvida a recolha selectiva do lixo, no concelho das Velas e na Ilha de S. Jorge. ----------

------Ainda dentro do período da intervenção do público foi dada a palavra ao senhor José Manuel da Silva, que na qualidade de representante dos Rádio Amadores de S. Jorge pretendia alertar aquela Assembleia Municipal bem como a Câmara, a nível de rádio amadorismo. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da assembleia informou que, pelas mesmas razões que o senhor presidente da câmara, não ia estar presente, mas que se faria representar. ----------

----- Foi então dada a palavra ao senhor João Ávila que se referiu à situação do cemitério das Velas e ao facto de haver mais de duas semanas que não passavam cantoneiros nas ruas do bairro. ----------

-----O senhor presidente da assembleia, por não haver mais inscrições do público, passou ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município por parte dos senhores deputados municipais, agradecendo aos mesmos para se inscreverem. ---

-----O senhor deputado municipal José Luís Bettencourt usou da palavra para perguntar se depois de o senhor Presidente da Assembleia ter dito que tinha enviado aos senhores deputados municipais as gravações daquela Assembleia em áudio, perguntava, se todas as deliberações tomadas e que não tinham sido aprovadas em minuta, se continuavam sem efeito. ----------

----- O senhor presidente da assembleia, em resposta ao senhor deputado municipal José Luís Bettencourt, respondeu afirmativamente, porque o que tinha valor legal, era a acta, e que, na questão do vídeo, a vantagem que possuía era apenas no plano político da informação. ----------

----- Depois de lhe ter sido concedida a palavra, o senhor deputado municipal Mark Marques referiu-se à colocação do asfalto na Fajã do Ouvidor e à contestação por parte da população do que fora feito dizendo que gostaria que ficasse

registado em acta, muito embora fosse em áudio, para memória futura, a possibilidade de dali a uns anos poderem estar calmamente sentados nos seus sofás e poderem ouvir o compromisso da câmara municipal sobre aquela obra e perguntou ao senhor presidente da câmara como estava o ponto da situação quanto à drenagem das águas. ----------

----- Prosseguindo o mesmo senhor deputado referiu o Caminho do Portinho, dizendo que o senhor presidente da câmara tinha razão quando dizia que o asfalto estava óptimo, mas também não era menos verdade que pelo facto de não ter as valetas, as chuvas tinham trazido pedras para o caminho, podendo-o danificar. -----

----- Prosseguindo referiu-se ao Caminho dos Cavalos, por ser uma obra em execução, perguntando se existia um projecto sobre aquilo e se ia levar um segundo muro. ----------

----- Continuando, referiu-se à Rua do Poço e ao ritmo obras que lá se realizavam.

----- Para terminar referiu-se de novo à aplicação da proposta de redução das Taxas pelo licenciamento de manifestações taurinas, redução de cerca de setenta por cento nas licenças, no caso particular de serem instituições particulares de solidariedade social ou pessoa sem fins lucrativos e clubes a requerem e organizarem-nas. ---------

-----Posto isto, usou da palavra o senhor presidente da câmara para responder ao senhor deputado municipal Mark Marques, dizendo que se reparassem na informação escrita verificariam que todas aquelas estradas tinham um técnico para as fiscalizar, que existia um projecto para a obra do Caminho dos Cavalos e informando que as restantes obras não o tinham mas que qualquer dessas obras referidas pelo senhor deputados municipal não estavam acabadas. ----------

----- Referiu-se concretamente aos esgotos pluviais da Rua do Poço chamando a atenção para as obras feitas pela instituição de que o senhor deputado municipal Mark Marques era presidente que debitava muita mais água para a referida Rua do Poço. ----------

----- Prosseguindo referiu-se à redução das taxas das touradas, chamando à atenção de que não havia actas, e por isso a câmara teria de as ter para poderem fazer o que a assembleia deliberava. ----------

----- Usando da palavra o senhor presidente da assembleia, respondendo ao senhor presidente da câmara, disse que a assembleia não tinha feito mais do que pedir o que era contemplado na Lei, e mesmo assim, pedia menos do que era permitido, dado que a Lei dava a possibilidade da assembleia municipal ter um gabinete próprio, como aliás o senhor presidente e o senhor vereador a tempo inteiro tinham, e apenas pedira um funcionário. Referiu ainda lastimar que o senhor presidente da câmara se resguardasse nas actas da assembleia municipal para não reduzir as taxas das touradas quando a câmara municipal continuava a cobrar taxas incluídas na mesma deliberação que permitia a referida redução. Chamou ainda a atenção para o facto de na altura da aprovação da proposta de regulamento de fixação das taxas e licenças já existirem atrasos nas actas por falta da existência de funcionário e o senhor presidente da câmara, por incompetência, não ter solicitado a aprovação de tal regulamento em minuta. ----------

----- Prosseguindo, disse ainda que, a pessoa que o senhor presidente da câmara tinha indicado para fazer as actas, não era a pessoa que ele achava mais conveniente, pela razão simples de pertencer ao gabinete pessoal do senhor presidente da câmara e, continuando, disse que tal solução não resolvia o restante serviço da assembleia porque a assembleia não tinha apenas o serviço das actas. ----------

----- P senhor presidente da assembleia municipal disse ainda que não sabia quem se tinha lembrado de dizer que havia outras alternativas, quando a única alternativa era o cumprimento da Lei, porque na sua opinião as leis ou eram correctas, viáveis e bem-feitas e, consequentemente cumpridas, ou então não o eram, e se alteravam.

----- Voltando a usar da palavra, o senhor presidente da câmara, disse que o senhor presidente da assembleia deveria perceber, tal como toda a gente, a dificuldade que existia muitas vezes em se poder cumprir a Lei. ----------

----- Tomando a palavra, o senhor Presidente da Assembleia disse que se o senhor presidente da câmara não tinha mais nada a dizer sobre aquele assunto, por si tinha porque o senhor presidente da câmara tinha insinuado uma mentira já que sabia que o presidente da assembleia nunca lhe tinha proposto qualquer nome, e que todos os nomes propostos tinham partido do senhor presidente da câmara ou do senhor vereador a tempo inteiro, tendo sido todos os nomes propostos aceites embora nunca

tenha havido por parte do senhor presidente da câmara capacidade e competência para, depois, concretizar a cedência indicando uma vez uma pessoa, depois comunicando que essa pessoa não podia ser e indicando outra, referindo que o presidente da assembleia municipal sempre aceitou os nomes propostos, com excepção duma pessoa do gabinete pessoal do senhor presidente da câmara porque achou e achava que isso seria promiscuidade política a mais. ----------

----- O senhor presidente da assembleia referiu-se ainda ao facto das actas do presente mandato não se poderem comparar às actas que se elaboravam no passado, não querendo comparar também os imbróglios que as Empresas Municipais tinham naquele momento pela leviandade como algumas actas tinham sido feitas. ----------

----- Terminou solicitando ao senhor presidente da câmara que dissesse ali o nome de qualquer pessoa que tenha sido avançado pelo presidente da assembleia sem que antes não tenha sido sugerido pelo senhor presidente da câmara ou senhor vereador a tempo inteiro. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da câmara disse ao senhor presidente da assembleia, que não ia discutir mais actas, nem mais nada e que apenas queria dizer que naquele momento não lhe conseguia arranjar funcionário, informando também que se a assembleia não tivesse funcionário tinha os dois adjuntos da mesa, que tinham obrigação de fazer as actas. ----------

----- Usando da palavra, o senhor presidente da assembleia disse que já havia muito tempo que esperava a referência à elaboração das actas pelos secretários da mesa mas tinha dúvidas da constitucionalidade daquela norma já que não estava previsto nem na Constituição nem na lei ordinária a obrigatoriedade dos secretários da mesa da assembleia saberem ler ou escrever. ----------

-----Depois da palavra dada ao senhor deputado municipal Mark Marques, este disse não ter tido a intenção de provocar qualquer incidente e, que sobre a questão ali discutida pelos senhores presidentes, achava que essa deveria ser resolvida. ---------

----- No uso da palavra o senhor deputado municipal Abel Moreira que se dirigiu ao senhor presidente da câmara acerca das valetas do caminho da Ribeira do Nabo que tinham desaparecido com as chuvas pelo que se justificava uma intervenção rápida e adequada. ----------

----- De seguida colocou uma questão que tinha a ver com a escola do Norte Grande, uma vez que tinha sido há poucos dias inaugurado lá, um ecomuseu e um parque natural de S. Jorge e perguntava quais as contrapartidas que a Câmara Municipal tinha do Governo, visto o senhor presidente da câmara dizer várias vezes que estavam com problemas financeiros, perguntando ao senhor presidente da câmara se acaso se lembrava de ter dito durante a campanha eleitoral que aquele Governo iria ajudar a Câmara. ----------

-----No uso da palavra o senhor presidente da câmara respondeu ao senhor deputado Abel Moreira que, realmente, o caminho da Ribeira do Nabo tinha ficado pior depois das chuvadas e que a câmara estava a pensar ainda antes do inverno muito forte, passar lá com cimento e que, relativamente ao edifício escolar do Norte Grande, o Governo Regional iria comprar aquela escola. ----------

----- Referiu que achava estarem à vista os apoios governamentais à câmara municipal, uma vez que tinham vindo a diminuir a dívida, tinham colocado o tecto no Município com dinheiro do governo, tendo esse mesmo governo dado também à câmara uma série de projectos, como Avenida da Conceição e mais algumas situações como a Casa Cunha que naquele momento estava a ser feita com a ajuda do Governo Regional, muito embora tivessem de ceder as cavalariças aos escuteiros. ---

----- Foi dada a palavra ao senhor deputado municipal do grupo municipal do PSD, José Luís Bettencourt, que perguntou pelos bancos de suplentes e a iluminação do campo de futebol da Urzelina. ----------

----- Referiu-se, depois, o mesmo senhor deputado municipal José Luís Bettencourt ao facto de em Setembro do ano anterior o senhor presidente da câmara ter dito que a câmara iria resolver o problema do abastecimento de água de uma vez por todas e que o ano 2012, que naquele caso o corrente, seria o ano apontado para o fim dessa acção, aparecendo também mais tarde no orçamento um pedido de desculpas por não poderem fazer despesas noutras áreas, pelo facto de o maior investimento estar direccionado para as águas, cuja importância escrita no referido orçamento, era de um milhão e cem mil euros, para concorrer ao Proconvergência mas, segundo os dados que ele via naquele dia da execução orçamental, nada tinha sido ainda gasto, ficando no entanto satisfeito quando havia uns dias atrás tinha ouvido na

comunicação social o senhor Secretário Regional dizer que, passava a citar. "Nós sabemos que o Concelho das Velas, tinha tradicionalmente algumas dificuldades no abastecimento de água, e neste momento, creio que este ano já não houve qualquer dificuldade, fruto dos investimentos já executados". Prosseguindo disse que, uma vez que não tinha havido nenhum investimento da parte da Câmara Municipal, gostava de saber, se realmente o problema das águas nas Velas estavam resolvidos e se aquele dinheiro poderia vir no próximo orçamento a reverter para alguma outra situação, ou se havia alguma candidatura naquele momento que eles não soubessem e que estivesse a decorrer. ----------

----- Em resposta ao senhor deputado municipal José Luís Bettencourt, o senhor presidente da câmara disse que, relativamente ao senhor Secretário Regional, este ia naturalmente responder pelas palavras que tinha dito, porque em relação às águas a câmara de facto tinha feito muito e queria fazer muito mais, pelo que estava a tratar de uma candidatura. ----------

----- Prosseguindo, o senhor presidente da câmara disse que, em relação ao furo da Queimada, a câmara tinha comprado uma bomba nova, e que se ainda não havia despesas nessa rubrica elas iam começar a aparecer. ----------

----- Relativamente à iluminação e bancos de suplentes do campo de futebol da Urzelina, disse que os electricistas da câmara, depois de colocarem a iluminação nas barracas que seriam usadas num evento da Secretaria da Economia naqueles dias, iriam colocar a iluminação em falta no campo da Urzelina, e que em relação ao bancos iam trabalhar para que rapidamente isso fosse resolvido. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor deputado Luís Silveira, que disse que a questão que ia colocar referia-se também ao abastecimento de água no concelho uma vez que a resposta do senhor presidente da câmara ao senhor deputado municipal José Luís não o satisfizera e não fazia perceber o ponto da situação daquele abastecimento, porque estava a falar num milhão e cem mil euros investidos em verba definida para 2012, e mais sensivelmente um milhão e duzentos mil para o ano de 2013, com vista à conclusão de todo o processo do normal abastecimento de água à população no concelho das Velas. Continuando, o senhor deputado disse que estavam a sensivelmente três meses do final do ano e

deparavam-se com uma execução de zero em relação aquele projecto da requalificação de abastecimento de água, mas que mais grave era o acesso que tinha tido a um documento dos serviços de água daquele Município, datado do dia 13 de Agosto do corrente ano, alertando o Executivo da Câmara para uma situação tão simples como a que passava a citar "foi pedido no ano de 2011 uma série de material, para apenas a normal manutenção da rede de águas, e passado um ano nenhum desse material mínimo pedido, tinha chegado, e ao fim de um ano, os serviços de água tinham passado uma informação por escrito, que naquele momento estava em causa o normal abastecimento de água ao concelho, e que tinham bombas completamente ultrapassadas, todas elas no seu limite, apelando ao Executivo para que pelo menos, se comprasse uma bomba para ficar de reserva, porque a qualquer momento as existentes podiam rebentar por estarem no seu limite" e que, como o senhor presidente da câmara sabia, tinha havido avarias graves naquele verão, que tinham levado ao corte em época alta do abastecimento normal de água e que nada se tinha podido fazer por não se ter nenhum do material solicitado havia um ano atrás. ----------

----- Continuando disse que não tinha percebido a resposta do senhor presidente ao senhor deputado municipal José Luís e então perguntava o que se passava já que se verificava que em nove meses não se tinha investido nada e achava que não era em três meses que o ia conseguir fazer. ----------

----- Prosseguindo, o senhor deputado municipal Luís Silveira perguntou ainda ao senhor presidente da câmara se correspondia ou não à verdade que o furo de abastecimento executado pelo Governo Regional na Ribeira do Nabo não estava ainda electrificado sendo necessário um investimento relativamente alto, de umas dezenas de milhares de euros, e que também tinha a informação do Governo Regional e do IROA que aquilo não era da responsabilidade destes e se a câmara tinha ou não assumido a responsabilidade de ligar a electricidade até o PT. ---------

----- O senhor presidente da câmara, em resposta ao senhor deputado Luís Silveira, disse que naquele caso concreto, não havia nenhum compromisso entre a Câmara Municipal das Velas e o Governo Regional, não existindo nada assinado, pelo que a câmara só receberia aquele furo quando o mesmo estivesse em funcionamento. ----------

----- Prosseguindo disse, que quanto à noção daquele município em relação ao problema do abastecimento de água, informo que a câmara tinha noção da sua gravidade e que estava a atacar o problema, tendo adquirido recentemente uma bomba, válvulas e material para os trabalhadores que estavam nas águas poderem trabalhar e poderem continuar a garantir o abastecimento de água às pessoas. ----------

----- Voltando a usar da palavra, o senhor deputado Luís Silveira esclareceu que independentemente do número de visitas ao local feitas pelo senhor presidente da câmara, para si o mais importante era a afirmação que o senhor presidente da câmara tinha acabado de fazer dizendo que não havia nada assinado, como podia vir o mesmo senhor presidente dizer que estava tudo acordado com a secretaria regional na cedência daquele furo, podendo abastecer normalmente a lavoura, e que, se não lhe falhava a memória, tinha sido assinado um protocolo, naquela sala onde ele estava presente, com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e o senhor Presidente da Câmara sobre o abastecimento de água à lavoura, em que nesse contrato, havia uma cláusula sobre a cedência do furo à Câmara e que, posteriormente, tinham até sido colocadas pelo senhor presidente da assembleia municipal várias questões relacionadas com o protocolo, perguntando concretamente para quando a população iria usufruir daquele furo de captação. ----------

-----Retomando a palavra o senhor presidente da câmara disse que realmente a câmara tinha assinado um protocolo que falava nesse furo, mas que ela só iria receber tal furo quando este estivesse a dar água, porque seria a partir dessa altura que ela ficava com a obrigação do abastecimento de água à lavoura. ----------

-----Posto isto, usou da palavra a senhora deputada municipal Ana Pereira, para perguntar ao senhor presidente do executivo camarário porque não havia animação turística na vila das Velas naquele ano, lembrando que essa actividade também era uma forma de apoio municipal a agremiações musicais que dele necessitavam. --------

----- O senhor presidente da câmara respondeu à senhora deputada Ana Pereira que relativamente às animações turísticas havia uma coisa chamada Troika e que, por tal, havia necessidade de fazer continhas. ----------

----- Posto isto, usou da palavra a senhora deputada municipal do CDS-PP, Maria das Graças, que referiu que em Novembro de 2011 havia sido outorgado um

contrato ARAL, que previa obras de remodelação na escola da Beira, mediante o qual, o Governo Regional comparticiparia em vinte e cinco por cento da obra, através da Secretaria Regional da Educação e Formação, depois de serem remetidos a esta secretaria os respectivos documentos despesa enviados pela Câmara e que, para seu espanto, tinha sido publicado, no dia onze de Setembro de 2012, um despacho da Secretaria Regional da Educação e Formação, que entre outras coisas dizia "Considerando que a referida documentação deveria dar entrada na Secretaria Regional da Educação e Formação, até trinta e um de Dezembro de 2011, considerando ainda que não se verificou qualquer pedido de prorrogação do prazo fixado e uma vez que qualquer um destes dois pontos implicaria a resolução do contrato, a senhora Secretária dá o seguinte despacho: determino a resolução do mesmo" e, assim sendo, a câmara municipal tinha perdido aquela verba, concluindo que, uma vez que a Câmara estava com dificuldades financeiras, e sendo isso do conhecimento de toda a gente, era triste, verificar-se, que se tinha perdido aquele dinheiro, só porque não se tinha mandado os documentos pelo que perguntava ao senhor presidente da câmara qual era o seu comentário acerca daquela situação. -----

----- Continuando a falar na escola da Beira, a mesma senhora deputada disse que para o funcionamento da escola no ano lectivo que estava a começar, tinha sido necessário transformar o ginásio, em sala de aulas, ficando os miúdos sem espaço para as suas brincadeiras nos intervalos e nos períodos de educação física, pelo que perguntava se a câmara tinha também a ideia de algum espaço para que os miúdos pudessem brincar no inverno, nos dias de chuva e de mau tempo. ----------

----- O senhor presidente da câmara disse que relativamente à escola da Beira tinha havido falha dos serviços do município pelo que ia averiguar o que se tinha passado, e que em relação à sala de aulas estava a ouvir aquele reparo pela primeira vez, pelo que ia ver o que seria possível fazer. ----------

-----De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado municipal Paulo Silveira, do grupo municipal do PSD, que disse que gostaria de perguntar ao senhor presidente da câmara, relativamente ao Parque Industrial, o que a câmara municipal pretendia fazer. ----------

----- Prosseguindo disse que ao iniciar-se mais uma época desportiva, e uma vez que todos sabiam o estado do sintético do Municipal das Velas, gostaria de saber se era para colocarem alcatrão no fim da época se era para fazerem lá alguma coisa. Perguntou também o ponto da situação quanto à exibição de filmes e, pela milésima vez, perguntava para quando a reposição dos muros em S. Pedro para não perguntar de novo pelo parque infantil de Entre-os-Morros e muitas mais coisas porque, mesmo não havendo actas, tirava notas e essas coisas continuavam sem resposta. ----------

-----Em resposta o senhor presidente da câmara disse que, relativamente ao Parque Industrial, este estava a necessitar de intervenção mas que a câmara tinha outras prioridades mas que estava para lá ir quando houvesse disponibilidade. ----------

----- Referiu também que a câmara iria tentar fazer uma candidatura para poder comprar a máquina para passar cinema, uma vez que a que existia já não tinha resolução para tal, e que em relação aos muros de S. Pedro ele não sabia de nada. ----

----- Dada a palavra à senhora deputada municipal Paula Sequeira, esta referiu a situação da Poça dos Frades porque o senhor presidente da câmara dissera, no mês de Junho, que em seguida às festas do princípio de Julho iriam voltar à Poça dos Frades para a câmara resolver o que lá tinha sido feito por aquilo não estar em condições, mas verificava-se que a época de verão estava a acabar e que a Poça se mantinha igual. Disse também que, quanto à zona balnear da Preguiça perguntava ao senhor presidente da câmara se não tinha havido nenhum funcionário da câmara ou mesmo alguém através da OTL que pudesse ir limpar aquela zona, por se tornar impossível estar lá com o lixo existente. ----------

----- Continuando disse que, gostava que lhe fosse explicado o que estava a ser resolvido acerca do parque de estacionamento, antigo Parque Infantil atrás do Palácio da Justiça, uma vez que tinham desmanchado o que lá estava feito por não estar bom, mas que agora estava bem pior, gostando também de lembrar que o Jardim das Velas, por ser o ex-líbris da Vila, tinha passado o verão todo sem o varandim no coreto e com a água do poço às cores, menos na cor transparente que qualquer água deveria ter. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da câmara usou da palavra para responder à senhora deputada Paula Sequeira que, em relação à Poça dos Frades, não tinham ido lá por entretanto ter chegado a época balnear e não terem podido mexer mais, esperando pelo ano seguinte, por haver um projecto para a Poça, para que ficassem as obras concluídas. No que respeitava à Preguiça disse que a câmara tinha uns homens que passavam por lá de vez em quando. ----------

----- Relativamente ao parque de estacionamento informou que a câmara tinha desmanchado o parque que lá havia por ser uma solução para arrumar os carros dada a situação caótica em relação ao estacionamento no centro das Velas, prosseguindo, em relação ao Jardim das Velas, que ele de facto estava em remodelação e que o varandim já estava em condições de ser colocado e que a estrutura do coreto tinha de ser remodelada. ----------

-----Tomando a palavra o senhor presidente da assembleia comunicou não haver mais inscrições para o uso da palavra naquele período pelo que se passava à secção seguinte, destinada às intervenções dos senhores presidentes das Juntas de Freguesia, e que uma vez abertas as inscrições se verificava a inscrição dos senhores presidentes das juntas de freguesia das Velas e da Urzelina. ----------

-----Ao usar da palavra, o senhor presidente da Junta das Velas referiu-se ao atraso dos protocolos a estabelecer entre a câmara municipal e as juntas de freguesia porque, pelos menos algumas delas, tinham assumido quase todos os compromissos do Município, sendo importante que o Município lhes dissesse de uma forma clara se ia conseguir cumprir o que já tinha aprovado em acta sobre aquela matéria. ----------

----- Agradeço de seguida a colaboração da câmara na cedência do Auditório Municipal para o Campo de Férias que a freguesia das Velas levara a cabo nos meses de Junho a Setembro. ----------

----- Referiu também os atrasos nos processos de habitação degradada apresentados pela Junta de Freguesia das Velas. ----------

----- Usando da palavra, o senhor presidente da câmara disse que o senhor presidente da Junta de Freguesia das Velas sabia das dificuldades da câmara municipal e que ela estava a trabalhar no sentido de pelo menos fazer chegar algum dinheiro às juntas de freguesia e que, embora não pudesse dizer para quando, a

câmara pretendia ver se conseguia arranjar algum dinheiro, embora não todo, a todas as Juntas de Freguesia do Concelho. ----------

-----De seguida, o senhor presidente da assembleia deu a palavra ao senhor Luís Soares, representante da Junta de Freguesia da Urzelina que repetiu as preocupações do senhor presidente da junta de freguesia das Velas e perguntou para quando os arranjos e asfaltagens nas ruas da Urzelina, nomeadamente no Caminho do Porto. ----------

----- O senhor presidente da câmara voltou a usar da palavra para dizer ao senhor deputados municipal Luís Soares que a Canada do Cruzeiro fazia parte do pacote de asfaltagens candidato aos fundos comunitários e que o Caminho do Porto, era outro projecto à parte, bem como os passeios entre a Urzelina e as Manadas, que iriam arrancar dentro em breve. ----------

----- Foi, então dada a palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia dos Rosais dizendo que, antes de se debruçar sobre os protocolos realizados e a realizar com as Juntas de Freguesia, era necessário dizer-se muito claramente que a responsabilidade de manter uma freguesia minimamente limpa e transitável era na sua maioria da responsabilidade da câmara municipal e que os caminhos agrícolas da freguesia dos Rosais eram na sua maioria, se não todos, da responsabilidade do Município das Velas, nomeadamente todos os arruamentos, caminhos, canadas dentro da área geográfica da freguesia ou de acesso às habitações das pessoas eram da responsabilidade total do Município, referindo-se que o senhor presidente dissera há pouco que a câmara municipal contava as suas disponibilidades ao cêntimo, para ver se no fim do mês lhe restava cinquenta cêntimos mas, por outro lado, verificou-se há pouco que deixava de receber milhares de euros do governo regional por não enviar a documentação necessária e acordada, como o seu grupo municipal havia provado com documentos. ----------

----- Continuando perguntou ao senhor presidente da câmara o ele achava se o Governo da República deixasse de transferir para a câmara municipal as verbas que tinha acordadas com o Município e, assim perguntava como era que um presidente de junta se chegava a um funcionário que recebia a módica quantia de quatrocentos e oitenta e cinco euros para lhe dizer que não tinha dinheiro para lhe

pagar, sendo esse o sustento da sua família, porque a câmara municipal não lhe dava a miséria de dez mil euros, mesmo que essa verba não fosse uma dádiva mas sim um pagamento mal calculado pelo trabalho que essa junta de freguesia prestava à câmara. ----------

----- Continuando, referiu-se ao temporal que havia assolado a freguesia dos Rosais naquela própria semana e que lamentava o facto do senhor presidente da câmara, enquanto responsável da Protecção Civil no concelho, não se ter designado a fazer um telefonema ao presidente da junta dos Rosais a perguntar se estava tudo bem, se os caminhos estavam transitáveis, se havia algum problema para se resolver ou se necessitava de ajuda e, prosseguindo, perguntou ao senhor presidente da câmara se este sabia que a junta de freguesia tinha socorrido as pessoas, uma vez que tinha havido tectos mexidos, havido alguns caminhos cortados ao trânsito, que os agricultores não podiam passar para irem às suas vacas e quem os tinha socorrido tinha sido a Junta de Freguesia dos Rosais, sozinha, muito embora o senhor Delegado da Secretaria Regional da Ciência e Tecnologia o tenha contactado para saber se estava tudo bem na estrada regional e se necessitavam de ajuda, tendo sido essa a única pessoa que o tinha contactado, sendo de lamentar a irresponsabilidade e a falta de atenção de alguém, que tinha a responsabilidade máxima no Concelho, em termos de Protecção Civil, não tendo contactado aqueles. Continuando o senhor presidente da junta de freguesia dos Rosais, pediu desculpa por se ter esquecido de referir o senhor Delegado do Ambiente que se tinha disponibilizado também, nomeadamente um dos seus funcionários que lhe tinha telefonado a saber se era necessário alguma ajuda, mas o Município, esse tinha olhado para o lado e que com aquilo se demonstrava a irresponsabilidade e o desrespeito daquele Município, pelas pessoas das freguesias, nomeadamente as de Rosais. ----------

----- Continuando disse que tinha enviado ao senhor presidente da câmara vários ofícios sobre as chuvadas que tinham caído em Maio e que tinham causado prejuízos a algumas pessoas, entrando em várias casas e que a Protecção Civil daquela Câmara, na pessoa do senhor vereador a tempo inteiro tinha ocorrido à situação e que a retroescavadora da própria junta de freguesia, por indicação do comandante dos bombeiros e do senhor vice-presidente da câmara, tinha posto paredes no chão, abrira

valas em terrenos particulares para escoamento da água, por ser o necessário na altura, mas a verdade era que, até àquela data, a câmara municipal, mesmo para além de muitas diligências feitas, nunca se tinha dignado que fossem corrigidos os terrenos das pessoas, levantadas as paredes que tinha mandado ir ao chão e que isso não tinha acontecido por falta de insistência da junta de freguesia junto ao município. ----------

----- Prosseguindo disse que se estava a entrar outra vez no Inverno e que, em relação aos ofícios enviados, muitos deles não tinham obtido resposta, passando a enumerar alguns deles nomeadamente um que tinha sido respondido, datado de dezassete de Maio de 2012, e que passava a ler o seu conteúdo. ----------

----- "Chuvadas de Março de 2012:----------

----- Venho transcrever a Vossa Ex.ª a seguinte deliberação tomada por esta Câmara Municipal, em sua reunião de dezasseis de Abril de 2012, referente ao seu ofício 048 datado de vinte e seis, do mês três, de 2012. ----------

----- A Câmara, deliberou informar que já está a tomar as medidas necessárias. ----

-----Esta deliberação foi aprovada por unanimidade. ----------

----- Com os melhores cumprimento, o Presidente, Manuel Soares da Silveira"

-----Ainda no uso da palavra o senhor presidente da Junta de Rosais perguntou ao senhor presidente da câmara quais tinham sido as diligências tomadas e efectuadas, uma vez que o Inverno estava a começar e aquilo tinha sido em Maio e estavam em Setembro, mas que ele próprio tinha a resposta, e ela era zero, nunca qualquer membro da câmara tinha aparecido lá e não se tinham importado. Referiu que o senhor Delegado do Ambiente, que estava naquela sala na qualidade de deputado municipal, muito embora sem se poder desvincular de ser o Delegado do Ambiente, tinha ido com ele ver o terreno e os problemas das pessoas, vendo o que era necessário ser feito, enquanto a câmara tinha "olhado para o lado", não se importando de saber o que acontecera mas andando a fazer propostas de milhares de euros para betão e que aquilo não precisava de nenhum betão, sendo apenas necessário o que estava a ser feito naquele momento com a parceria da Secretaria do Ambiente e a Junta de Freguesia, para resolver o problema das pessoas concluindo que a postura da câmara municipal demonstrava uma insensibilidade enormíssima. ----------

----- No entanto gostaria de deixar ali duas ou três questões relacionadas com a Protecção Civil, referindo um ofício que recebera enquanto presidente de junta, datado de dezasseis de Novembro de 2010, que dizia o seguinte: ----------

----- "Vimos pelo presente convocar V. Ex.ª, para uma reunião a realizar no dia dezoito de Novembro no Auditório da Associação Humanitária dos Bombeiros das Velas, pelas dezassete horas".----------

----- Essa convocatória era para a actualização do Plano Municipal de Emergência - Levantamento de Recursos, tendo sido solicitada às juntas de freguesia uma série de informação. ----------

----- Continuando, disse, que enquanto presidente de Junta, tinha recebido no dia cinco de Junho de 2011, um outro ofício que dizia o seguinte: ----------

-----Actualização do Plano Municipal de Emergência - Levantamento de Recursos Humanos e Materiais.----------

----- Vimos por este meio agradecer a V. Ex.ª toda a colaboração e disponibilização dos elementos solicitados, de forma a podermos proceder à Actualização dos meios de Recurso, disponíveis, a fim de actualizarmos o Plano Municipal de Emergência de Velas, informando desde já que será agendada uma reunião, para prosseguimento dos trabalhos, ainda no decurso deste mês, remeto a V. Ex.ª o Plano Municipal de Emergência, datado de 2004.----------

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira disse ainda ao senhor presidente da câmara que, como presidente da Junta de freguesia dos Rosais, continuava a aguardar a reunião havia dois anos, não se tendo ela realizado, pelo que perguntava ao senhor presidente da câmara, qual era o ponto de situação do Plano Municipal de Emergência, daquele concelho.

----- Terminou esta questão dizendo que, quanto às chuvadas achava que não precisava de resposta por saber que nada tinha sido feito, mas que, talvez, a câmara municipal tivesse feito alguma coisa, que ele não se tivesse apercebido, pelo que gostaria de saber o que tinha sido. ----------

----- Continuando a usar da palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia dos Rosais disse que tinha enviado um ofício ao senhor presidente da câmara, sensivelmente no mês de Julho do ano de 2011, a pedir que lhes fosse aprovado,

segundo o entendimento e aprovação da Comissão de Toponímia, uma série de nomes a atribuir a canadas que tinham vindo a ser requalificadas pela junta de freguesia e que este tinha respondido a vinte de Setembro do mesmo ano comunicando que a câmara tinha deliberado informar a Junta de Freguesia que a mesma deveria atribuir os nomes aos referidos acessos e, depois, comunicar então à Câmara para serem analisados pela Comissão de Toponímia e aprovação do Executivo, tendo aquela deliberação sido aprovada por unanimidade. No entanto, ele gostava de dizer ao senhor Presidente da Câmara que até aquele dia ele continuava a espera daquela aprovação, estando os muros prontos e as placas colocadas nos sítios sem os nomes evidentemente à espera da aprovação do senhor presidente da câmara e da comissão de toponímia e, passado um ano, pedia ao senhor presidente da câmara uma resposta, lembrando também que o senhor presidente da câmara tinha dito na última Assembleia Municipal que não havia Comissão de Toponímia, quando a mesma assembleia tinha eleito já os elementos daquela mesma assembleia na referida Comissão pelo se notava que só passados mais alguns meses é que o senhor presidente da câmara tinha ficado a saber que havia Comissão de Toponímia porque até ali ele nem sabia da sua existência pelo que perguntava ao senhor presidente da câmara se ele sabia se essa comissão fazia as reuniões ou não, sendo importante a assembleia municipal perceber aquela situação. ----------

----- Prosseguindo no uso da palavra, o senhor deputado municipal Luís Silveira, disse ter outra questão a colocar, que era tão ou mais pertinente do que todas as outras já colocadas, e que se referia à questão da disponibilidade de saibro para os caminhos agrícolas e para cedência aos agricultores, questão essa que já havia levantado naquela mesma casa inúmeras vezes, porque tinha tido conhecimento que finalmente, na segunda-feira anterior, tinha sido feita a escritura entre a Secretaria da Agricultura e Florestas e o proprietário do terreno e que tinha também conhecimento que naquele mesmo dia esteve lá uma máquina a escavar na saibreira, não sabendo de quem era a referida máquina, mas que perguntava ao senhor presidente da câmara se iam ter saibro ou não, referindo também, que o senhor presidente da câmara lhe tinha dito, há algum tempo atrás, que tinha sido salvaguardado perante a Secretaria Regional, que a referida Secretaria Regional

iria disponibilizar todo o saibro necessário ao Município, e por consequência, às juntas de freguesia, questionando se essa cedência continuava de pé e, uma vez que estava lá uma máquina, se as juntas de freguesia estavam autorizadas a ir retirar saibro à saibreira para colocarem nos caminhos que eram daquela câmara municipal e se o senhor presidente da câmara tinha informação se ia ser ou não cedido cascalho aos agricultores, porque estavam no início do Inverno e que o senhor presidente como agricultor sabia que aquele era um material muito necessário nas zonas das ordenhas.

-----Ainda no uso da palavra, o senhor Presidente da Junta de Freguesia dos Rosais colocou uma outra questão relacionada com a abertura do caminho da Fajã de João Dias, porque o senhor presidente da câmara tinha dito naquela assembleia em resposta aquela mesma questão colocada pelo senhor presidente da junta que a obra desse caminho seria iniciada ou reiniciada até à sua conclusão, no segundo trimestre daquele ano, sendo uma obra realizada pela Empresa Municipal, e porque que estavam a entrar no último trimestre do ano e a obra continuava parada, perguntava então, se era para avançar ou não e, se fosse para continuar, se seria a câmara municipal ou a Empresa Municipal, à executá-la. ----------

-----Depois de lhe ter sido concedida a palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por responder ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Rosais, dizendo que, relativamente ao caminho da João Dias, não estava nos próximos horizontes da câmara abrir ou fazer tal caminho, porque iam aparecendo prioridades que se sobrepunham a outras, não se comprometendo assim em fazer aquele caminho.

----- Quanto ao saibro, respondeu que realmente a saibreira já estava comprada estando lá uma máquina a cavar saibro, não tendo a certeza naquele momento se as juntas de freguesia poderiam ir lá ou não mas que o senhor presidente da Junta de Freguesia também poderia falar com a Secretaria Regional. ----------

----- Relativamente às outras questões, uma vez que ele tinha colocado muita adjectivação à volta dos assuntos e tinha feito muita campanha política, mas que não admirava uma vez que estavam próximo das eleições não tendo mais nenhuma nota acerca das questões por ele colocadas, mas se ele quisesse repetir que estivesse à vontade porque o canal estava aberto e a rádio também estava a transmitir. ----------

----- Voltando a usar da palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia dos Rosais disse que se por ventura tivesse usado a postura que o senhor presidente da câmara tinha acabado de usar para com um presidente de junta, porque não estava ali na qualidade de candidato mas sim na qualidade de presidente de junta, e que as respostas dadas se deviam ao facto de ele ter andado a saltar de partido em partido, sempre para aquele que o fosse elegendo sem grande campanha, mas o que não era legítimo era estar ali enquanto presidente de junta, colocar uma série de questões ao Presidente do Município daquele concelho, questões essas que tal como o senhor presidente da câmara tinha dito, não deveriam feitas agora por ele estar em campanha, mas infelizmente as mesmas questões tinham sido colocadas desde o início daquele mandato, mas pela incompetência do senhor presidente da câmara não tinham sido resolvidas. ----------

----- No uso da palavra o senhor presidente da câmara disse que perante aquelas respostas e adjectivações, o senhor presidente da Junta de Rosais não lhe merecia qualquer resposta. ----------

-----Ainda no período que respeitava às intervenções dos senhores Presidentes de Junta de Freguesia, o senhor deputado municipal Luís Soares questionou o senhor presidente da câmara sobre a situação dum requerimento que a Junta de Freguesia da Urzelina fizera à câmara municipal sobre a numeração de polícia dos imóveis da Urzelina. ----------

-----O senhor presidente da câmara municipal, em resposta, disse que o trabalho do executivo camarário também já estava feito, estando em vias de resolução, e que rapidamente iria enviar a resolução que já estava tomada. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da assembleia, por não haver mais inscrições, deu por terminado o período de antes da ordem do dia e anunciou um curto intervalo, convidando os senhores deputados municipais a tomarem um lanchezinho disponível no corredor ao lado por lhe parecer, tal como tinha previsto, que aqueles trabalhos se iriam prolongar durante mais algum tempo. ----------

-----Retomados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia declarou o reinício dos trabalhos com a análise da **Informação escrita do Presidente da Câmara a que alude a alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste Regimento** tendo dito:

----- "Permitam-me que refira mais uma vez que, segundo a legislação em vigor aplicável, esta informação não deve conter apenas os elementos financeiros mas também a descrição da actividade da Câmara no período decorrido entre duas sessões ordinárias da Assembleia Municipal. ----------

----- Mais uma vez a actividade desenvolvida pela Câmara Municipal nas empresas ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económico-financeiro não estão contemplados nesta informação ----------

----- Continuo a afirmar que, ao contrário, a situação financeira do município vem bem elaborada e com os elementos suficientes para uma análise crítica sobre a matéria. ----------

----- Constata-se finalmente com uma certa preocupação que este município vem aumentado o número de litígios judiciais em que é arguido. ----------

----- Neste contexto dava, então, a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para efectuar uma exposição sobre a actividade da Câmara Municipal durante o período decorrido desde a última sessão ordinária (Junho do corrente ano) e a sessão ordinária presente. ----------

----- Chamo, mais uma vez a atenção do senhor Presidente da Câmara Municipal ou do responsável pela ligação Câmara/Empresas Municipais para a alínea b), do artigo 20.º do Regimento desta Assembleia que determina a inclusão obrigatória nesta informação da descrição da "actividade desenvolvida pela Câmara Municipal nas empresas ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem como os resultados disponíveis de natureza económico-financeira", visto consecutivamente esta matéria passar à margem da apreciação desta Assembleia Municipal. ----------

----- Espero que, relativamente às empresas e associações com participação municipal, esta Assembleia não seja confrontada com situações em que é alheia e sobre as quais que não teve conhecimento atempado". ----------

Faça o favor, senhor Presidente da Câmara, de nos fazer a apresentação da informação escrita enviada a esta Assembleia Municipal, tendo este apenas referido que estava disponível para esclarecer alguma coisa que os senhores deputados municipais solicitassem. ----------

----- Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos senhores deputados municipais que quiseram pedir esclarecimentos sobre aquela matéria. ----

----- Usou da palavra o senhor deputado municipal José Luís Bettencourt para questionar o senhor presidente da câmara sobre empreitadas consignadas e adjudicadas pelas empresas municipais no valor de um milhão oitocentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta euros, perguntando se aquelas obras eram para concorrer à Comunidade Económica Europeia, isto era, aos Fundos Comunitários, e em caso afirmativo falou nas normas a obedecer, nomeadamente quanto à publicidade já que se verificavam três ou quatro obras em execução sem que se visse qualquer publicidade. ----------

----- O senhor presidente da câmara respondeu que as obras eram todas candidatas estando a câmara a tratar da situação da publicidade, agradecendo o alerta feito. ---

-----Tomou a palavra o senhor deputado municipal Paulo Silveira, para dizer que, em relação ao sector empresarial municipal, todas as obras consignadas tinham o valor e projecto de fiscalização, mas na empresa "Terra de Fajãs" notava-se que não havia qualquer valor relativo ao Edifício Sol, e que de certeza tinha sido consignado por algum valor, perguntando ao senhor presidente da câmara se, por estarem em fim de ciclo de Governo Regional, as outras verbas do Governo estavam garantidas para a conclusão daquela obra. ----------

----- O senhor presidente da câmara informou que estavam garantidas as verbas do Governo Regional. ----------

----- O mesmo senhor deputado municipal Paulo Silveira inquiriu o senhor presidente da câmara sobre o ponto da situação de funcionamento do centro de

processamento da recolha selectiva, já que o senhor presidente da câmara tinha dito que em Abril ia haver ecopontos nas freguesias, o que ainda não acontecera. ---------

-----No uso da palavra que lhe foi concedida, o senhor Presidente da Câmara disse que de facto uma reunião mantida com o senhor Director Regional tinha sido importante, uma vez que este governante estava convencido que os Municípios de S. Jorge não estavam interessados em avançar para a recolha selectiva do lixo, tendo sido explicada a razão pela qual ainda não tinham avançado, explicando que, entretanto, a Sociedade Ponto Verde se tinha prontificado a fornecer os ecopontos mas que tal promessa não se tinha realizado e se constatava que a Câmara da Calheta e a das Velas não tinham verba disponível para os comprar. ----------

-----Posto isto, e no prosseguimento dos trabalhos, usou da palavra que lhe foi concedida a senhora deputada municipal do CDS-PP, Maria das Graças, para dizer que, relativamente aos processos judiciais, o grupo municipal do CDS-PP, era de parecer que os referidos processos estavam a aumentar cada vez mais, verificando-se que de assembleia para assembleia o número de processos ia crescendo e o que constatava era que os dois mais antigos, que já vinham do início do mandato, estavam sempre iguais, não havendo nenhuma alteração relativa ao estado de solução dos mesmos. ----------

----- Referiu-se então ao processo que, no dia dezanove do passado mês, o Diário Insular tinha dado grande destaque, perguntava ao senhor Presidente da Câmara, em que ponto é que ele estava e se, no caso de o tribunal condenar o Município, e os outros réus, que naquele caso não sabiam quem eram, mas no caso do Município, a quem seria imputada a multa, ou seja, à pessoa do senhor presidente da câmara, por ter proferido a referida intervenção ou se ia ser a Câmara Municipal a pagá-la. ---

----- Continuando disse, que a outra questão prendia-se com rumores, e repetia, rumores, uma vez que não estava nada escrito ali, que o BANIF tinha instalado um processo no Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, no valor aproximado de milhão e meio de euros, contra a Associação para o Desenvolvimento da Ilha de S. Jorge, a famosa ADIJ, da qual a Câmara era sócia maioritária, e perguntava então, se os ditos rumores eram verdadeiros e se havia alguma coisa em

concreto sobre tais rumores e, não havendo, se a Câmara tinha conhecimento daquilo e o que se passava em relação aquele assunto. ----------

----- Prosseguindo referiu uma providência cautelar que havia, pela primeira vez, aparecido numa informação escrita da presidência da câmara perguntando a que a mesma se referia em concreto. ----------

-----Em resposta à senhora deputada municipal Maria das Graças, o senhor presidente da câmara disse que o primeiro ponto referido, três ponto três da informação escrita, o assunto estava em fase de contestação, pelo que não se podia pronunciar mais sobre aquele assunto. ----------

----- No que respeitava à Providência Cautelar, ela tinha sido instaurada contra a SATA e contra o Município das Velas estando ali referenciado o nome da pessoa que se tinha disposto a tal, o senhor Eduardo Manuel, assunto esse que deveria ter sido resolvido no início das férias judiciais, mas que entretanto tinha sido adiado, e que aquilo estava a ser defendido pelos advogados da SATA em conjunto com os da Câmara. ----------

----- Prosseguindo respondeu que o processo do BANIF estava a ser resolvido pelo Governo Regional e, portanto, em vias de resolução. ----------

-----Voltando a usar da palavra, a senhora deputada municipal Maria das Graças disse estar em parte esclarecida mas que o senhor presidente da câmara não havia explicado do que constava a Providência Cautelar, porque não se interpunha uma providência cautelar de qualquer maneira, mas havendo uma razão. ----------

-----Respondendo à senhora deputada municipal, o senhor presidente da câmara disse que a referida providência cautelar tinha sido interposta, no seguimento do processo do senhor Carlos Martinho, na medida que, segundo os autores da providência, existiam outras casas à volta com a mesma dimensão e/ou altura e que aquela providência tinha sido feita no sentido da aviação não poder circular ali, enquanto não se resolvessem essas questões. ----------

-----Posto isto, usou da palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira para falar de algumas questões daquele ponto da ordem dos trabalhos sobre as actividades municipais, dizendo que o ponto um se referia à empreitada da asfaltagem do

Caminho da Serrôa e gostava do senhor presidente da câmara o informar qual era a empresa, ou quem era o responsável, pela fiscalização daquela obra. ----------

----- A segunda questão apresentada pelo senhor deputado municipal Luís Silveira prendia-se com a sua discordância sobre a forma como a obra tinha sido feita, porque ela não cumpria o projecto, nomeadamente, tinha-se começado uma linha de água que nunca tinha sido concluída, tinham-se aberto os prédios aos proprietários e nunca os tinham tapado, havia há mais de um ano ferro exposto na linha de água, que a Tecnovia tinha abandonado sem ter concluído a obra, havia passagens para terrenos que não estavam feitas, as paredes não tinham sido feitas, o asfalto não tinha sido colocado, estando apenas colocada uma camada única, e boa parte dele nem cola tinha levado, não tinha sido feita a caixa de estrada, mas sim posto o asfalto directamente em cima de terra batida, não havia protecção da estrada à linha de água, não havia nenhum escoamento de água e não tinha sido feita nenhuma valeta. Continuando, referiu que a obra estava facturada na sua totalidade, inclusive à empresa de fiscalização, e punha a questão de como era que alguém que fiscalizava uma obra daquelas, assinando os autos de medição, aceitava que o empreiteiro facturasse a totalidade da obra quando ela estava executada da forma como estava. ----------

----- Referiu que apresentara várias sugestões ao senhor vereador, que era simultaneamente vice-presidente da câmara, e que este, após várias insistências, tinha-lhe respondido dizendo que tinha sido aprovado em reunião de Câmara todas as propostas que o senhor deputado municipal tinha apresentado, indo as mesmas ser executadas na obra. ----------

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira, continuando, perguntou então ao senhor presidente da câmara e ao restante elenco camarário ali presente, se assim o tinha sido, uma vez que tinha pedido cópia da acta da referida reunião de Câmara, e ela nunca lhe tinha sido facultada, concluindo que se a Câmara lhe enviasse a acta, enquanto presidente da Junta de Freguesia dos Rosais, e lhe garantisse que a referida obra iria ser requalificada respeitando as referidas sugestões, aceitaria o facto mas, se assim não fosse, assumia ali publicamente que ia pedir uma fiscalização à obra através do Eurodeputado Nuno Melo, por lhe ter sido enviada

toda a informação e ele ter todos os dados na sua posse, estando a aguardar instruções daquele deputado europeu, para avançar com o pedido de fiscalização à referida obra, e segundo informação deste, quinze dias após o pedido de fiscalização, estaria cá a fiscalização europeia para o fazer, rematando que as consequências que daí advinham para a câmara municipal e para o concelho seriam gravíssimas, achando que não havia necessidade de chegar aquela situação. ----------

-----Continuando a usar da palavra, o senhor deputado Luís Silveira disse, que ainda em relação à informação escrita do senhor Presidente e referindo-se ao ponto quatro um, com as actividades ou não actividades da Empresa Velas Futuro, verificava a pavimentação de várias estradas municipais, primeira fase, e mais uma vez, sendo campanha política ou não conforme opinião do senhor presidente da câmara, lembrava que enquanto ele, actual presidente da câmara, estivera sentado naquela assembleia na qualidade de membro da mesma e não na qualidade de presidente da câmara, de ele questionar o ex-presidente da câmara, da razão porque a câmara tinha técnicos seus e estaria a pagar continuadamente dezenas de milhares de euros a técnicos para fiscalizarem obras e fazerem pequenos projectos, questionando porque tais projectos e fiscalizações não eram feitos pelo gabinete da câmara, e o que via agora naquelas obras referidas, que o senhor presidente da câmara apresentava naquela informação e somavam um milhão e tal de euros, e que, como o senhor deputado municipal José Luís Bettencourt já tinha referido havia instantes, só nos projectos e fiscalizações somava mais de duzentos e cinquenta mil euros, continuando a câmara municipal a ter um gabinete técnico, perguntando também porque a câmara não executava projectos tão simples quanto aqueles e porque razão os técnicos da câmara não os fiscalizavam. ----------

----- Prosseguindo perguntou, ainda relativamente às obras da Velas Futuro, o ponto de situação da primeira fase das pavimentações primeira fase, questionando quem fora o responsável pelo projecto e quem estava a fazer a fiscalização porque não acreditava que, houvesse nenhuma empresa fiscalizadora, nem nenhum fiscal de obras, nem nenhum engenheiro civil, que se disponibilizasse a assumir autos de medição e conclusão de obra da maneira como algumas tinham sido feitas. ----------

-----Ainda no uso da palavra o senhor deputado Luís Silveira continuou a falar em gastos camarários com projectos como o da Casa Cunha que ascendera a setenta e cinco mil euros para requalificar o edifício e mais vinte e um mil e setecentos euros para a fiscalização, e assim para uma obra que custaria quatrocentos e noventa e sete mil euros, a câmara municipal ou a empresa municipal, iria gastar quase cem mil euros no só projecto e fiscalização, referindo, mais uma vez, que quando o senhor presidente da câmara tinha sido deputado naquela casa não achava bem, tendo muitas vezes criticado casos semelhantes naquela assembleia, bastando ler as actas antigas que eram muito sucintas comparadas com as de hoje mas que provavam suficientemente o que estava a dizer. ----------

----- Continuando, perguntou se a segunda fase de asfaltagens englobava as canadas da freguesia dos Rosais, uma vez que o senhor presidente da câmara se tinha comprometido. ----------

----- E terminando, o senhor deputado Luís Silveira disse que colocava a última questão em relação aquela informação, relacionada com o Edifício Sol, porque o senhor Presidente dizia, nas actividades da Terra de Fajãs, no número quatro, ponto dois: "início da nova fase de construção de empreitada, de conclusão da construção do Edifício Sol", e tanto quanto sabia, tinha sido adjudicada uma fase muito pequenina de cento e poucos mil euros, que era para estar concluída em Outubro, isto é, no próximo mês, adjudicação essa que, segundo informação do senhor presidente da câmara, este tinha mandado parar, mas que a informação escrita, relativamente ao Edifício Sol, dizia que o município tinha adjudicado a conclusão do Edifício Sol em Rosais, obra orçamentada em cerca de meio milhão de euros, com a estimativa de conclusão, em Dezembro, pelo que perguntava o ponto da situação e voltava a perguntar se o Governo Regional já tinha feito chegar ao Município, as verbas que se tinha responsabilizado, que calculava ser na totalidade do meio milhão que o senhor Presidente dizia que faltava para a conclusão da obra. --

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira perguntou ainda se tinha sido apenas adjudicada aquela fase, se tinha sido adjudicada a totalidade para conclusão, se a câmara municipal já tinha recebido o dinheiro que tinha que receber para concluir a obra. ----------

----- O mesmo senhor deputado municipal referiu ainda que numa outra entrevista dada pelo senhor presidente da câmara, a dezanove de Julho daquele ano, este dizia que ao projecto inicial tinham sido feitas algumas alterações, de encontro àquilo que a população tinha pedido, mas que ele, presidente da junta de freguesia dos Rosais e deputado municipal, desconhecia qualquer pedido de alteração, pelo menos das entidades envolvidas, e que não estava a ver a população a pedir que se alterasse o projecto que tinha sido adjudicado sem que as referidas entidades tivessem conhecimento. ----------

----- Posto isto, o senhor presidente da assembleia, antes de dar a palavra ao senhor presidente da câmara disse que, relativamente ao exposto, o senhor presidente da câmara municipal tinha uma grande quantidade de respostas a dar e esperava que este tivesse tomado nota e se lembrasse de todas, uma vez que ele próprio já não se lembrava de algumas, referindo que as questões tinham sido muitas e de muito conteúdo. ----------

------Ao usar da palavra o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que a empresa que fiscalizava todas as obras da Câmara era a empresa do senhor engenheiro Adriano Rosa e era ele que fazia a maioria dos projectos. ----------

----- Concretamente em relação ao caminho da Serrôa disse que o senhor vereador poderia responder muito melhor do que ele aquela questão, muito embora ele ali não estivesse, pelo que tinha receio de na resposta cometer algumas imprecisões porque, como já tinha dito várias vezes, naquele lugar que não se deveria omitir ou mentir sem necessidade, pelo que não se pronunciando muito em relação aquela matéria, dizia que de facto tinham falado naquilo na reunião de Câmara e o que tinha sido falado estava exarado em acta e se o senhor deputado Luís Silveira ainda não tinha a acta, iria promover a resolução dessa situação fazendo-a chegar ao senhor deputado. -----

----- Disse também que achava que a maior parte daquelas obras não estavam concluídas e fazendo o reparo que realmente o senhor deputado tinha feito muitas perguntas disse que as canadas dos Rosais não estavam na primeira fase mas que iam entrar no segundo pacote, pedindo desculpa porque sinceramente não se lembrava de mais perguntas que tinham sido feitas, uma vez que se tinha

deslumbrado com tantas e por isso talvez tivesse deixado algumas para trás, pedindo o favor de ele as repetir, se assim o entendesse, e depois iria respondendo uma a uma.

-----Ao usar da palavra o senhor deputado municipal Luís Silveira disse que, ao contrário do senhor presidente da câmara, ele não ficara deslumbrado com as respostas daquele, ficando no entanto satisfeito que o senhor presidente da câmara o tenha ficado com as perguntas dele, ficando cada um com aquilo que merecia, e que o grande problema residia naquilo mesmo, ou seja, na não importância que o senhor presidente da câmara dava às pessoas ficando o problema a ser dos outros e estes que se desenrascassem. E prosseguindo disse que tinha recebido um email em resposta ao assunto da Serrôa e dos vários assuntos que tinha colocado ao senhor vereador vice-presidente da câmara e que tinham ficado acordado, aquando a visita à obra com o mesmo e a secretária dele, e que ele lhe respondera o que passava a citar: "Boa tarde. Conforme combinado com V. Ex.ª, aquando a nossa visita à obra da Serrôa, informo que o Vosso email foi presente a reunião de Câmara, tendo sido aprovado por unanimidade, o solicitado no mesmo, com os melhores cumprimentos, Amaro Azevedo"----------

----- O senhor deputado municipal Luís Silveira, continuando, disse que a resposta que o senhor vereador vice-presidente da câmara lhe tinha enviado tinha sido aquela, que tinha sido aprovada em reunião de Câmara por unanimidade, admirando-se de o senhor presidente da câmara dizer que não poderia dizer muita coisa, uma vez que fora apresentado o email em reunião de Câmara e discutido o que era para ser feito. ----------

----- Disse ainda que tinham sido esquecidas as questões levantadas relativamente ao Edifício Sol, (adjudicação, prazos de conclusão e verbas provenientes do Governo Regional recebidas ou não, quando ficava pronto, se era o empreiteiro que estava lá que ia concluir ou não a obra e se já tinha sido adjudicada a globalidade da mesma), e se a canada denominada Vinhas Dentro se estava incluída na primeira ou na segunda fase, por ser uma dúvida que tinha entre a primeira e a segunda fase.

-----Voltando a usar da palavra o senhor presidente da câmara disse que quanto à canada "Vinhas Dentro", não estava na primeira fase, nem iria estar na segunda fase e, relativamente ao Edifício Sol, a obra estava a andar, que também achava que

estava a andar devagar mas ia ao ritmo que o dinheiro do Governo Regional ia chegando. ----------

------No uso da palavra, o senhor presidente da assembleia disse que tinha uma questão que o preocupava, porque também lhe preocupavam as coisas do Concelho, e que se referia à reunião sobre a redefinição do destino das Empresas que o senhor presidente e vice-presidente da câmara iam ter em Lisboa, por duas questões essenciais: primeiramente perguntava se naquela reunião estava elencado o empréstimo à Terra de Fajãs e a sua redefinição como dívida da Autarquia e, seguidamente, porque tinha sido dito na última ou penúltima sessão da assembleia municipal que a situação dos investimentos nas águas, candidatadas aos Fundos Comunitários, tinham atrasos por falta de capacidade financeira da câmara para suportar a sua quota parte, cinco por cento, no investimento. Prosseguindo disse que, no entanto, via naquele momento uma série de obras noutra área, na rede viária, que também eram candidatadas e perguntava se as Empresas Municipais, sem receitas próprias, porque as não tinham, como iriam suportar os tais cinco por cento de disponibilidades financeiras próprias. ----------

----- Em resposta ao senhor presidente da assembleia, o senhor presidente da câmara usou da palavra para dizer que relativamente à reunião a realizar em Lisboa ia estar tudo em cima da mesa, como ele devia calcular iriam conversar sobre tudo e achar a melhor forma de poderem resolver a maioria, de todos aqueles problemas e até talvez todos se o pudessem fazer e, quanto à segunda pergunta, informava que a câmara municipal estava na fase de candidatura em relação às águas e que as Empresas Municipais iam arranjar as coisas, embora não sabendo bem como, para resolver o problema da rede viária. ----------

-----No uso da palavra, o senhor presidente da assembleia disse não haver mais intervenções e que, como aquela matéria não era passível de votação, passava ao outro ponto da ordem de trabalhos que versava **a análise do relatório da informação financeira semestral enviada ao senhor presidente da assembleia municipal pela UHY, SROC, relativa à execução orçamental até trinta de Junho de 2012.** ----

----- Relativamente a este documento o senhor presidente da assembleia municipal disse o seguinte: ----------

----- "Antes de dar a palavra aos senhores deputados municipais gostaria de alertar para dois ou três aspecto contemplados neste relatório e que já merecerem continuados reparos desta Assembleia Municipal. ----------

----- Informo à Assembleia Municipal que, sobre esta matéria, pretendo apresentar a seguinte Proposta de Recomendação: ----------

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO ----------

----- Tendo em consideração que o ROC tem vindo por diversas vezes ao longo do mandato a solicitar correcções para práticas que no seu entender são menos próprias;

----- Verificando-se que, por outro lado, as alterações legislativas que se tem vindo a acentuar nos últimos tempos exigem, cada vez mais, práticas de controlo mais apertadas; ----------

----- Considerando que a transparência que deve existir na utilização dos dinheiros públicos deve impedir as práticas determinadas pela lei e evitar o branqueamento dos actos públicos. ----------

----- Considerando que algumas das recomendações do ROC têm impacto directo no próximo Orçamento Municipal: ----------

----- Proponho que a Assembleia Municipal das Velas aprove a seguinte Recomendação à Câmara Municipal das Velas: ----------

----- **"A Assembleia Municipal das Velas recomenda à Câmara Municipal do mesmo concelho que efectue todas as correcções e implemente todos os ajustamentos constantes do ponto dois do Relatório Semestral de Auditoria que nos foi enviado pelo ROC "UHY e Associados" relativo ao primeiro semestre do corrente ano, de forma a que o Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2013 já contemple na parte aplicável tais recomendações e ajustamentos".** ----------

----- Permitam-me que destaque aquelas recomendações que a meu ver são mais pertinentes e necessárias: ----------

----- **Primeiro** - A recomendação feita pelo ROC sobre a necessidade de corrigir a contabilização do contrato programa com a empresa municipal Velas Futuro como um custo "de anos anteriores" e não como "custo diferido" dado que o mesmo "**está a beneficiar o endividamento líquido em cerca de 4,8 milhões de euros**" especificando mais adiante que o Município "considera que a mesma tem uma contrapartida em

custos diferidos" acrescentando logo a seguir "opinião esta com a qual discordamos dado afectar o endividamento em 4 840 956,00 €, sem influenciar o total dos passivos financeiros". ----------

----- **Segundo** - Uma outra recomendação sobre a prontidão e eficácia da facturação e cobrança dos serviços de água e recolha de lixo já que, segundo o Decreto Lei número 12/2008, o direito de receber tais receitas prescreve ao fim de seis meses. ----------

----- Refira-se que, segundo o próprio ROC, dum valor global de dívida à Câmara Municipal de cento e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e um euros e oito cêntimos, esta câmara apenas poderá cobrar legalmente (porque o prazo de cobrança da restante receita já prescreveu!) trinta e seis mil e dois euros e cinquenta e dois cêntimos, ou seja, apenas cerca de vinte e dois por cento. ----------

----- **Terceiro** - A necessidade de serem justificadas as despesas gastas no âmbito do Fundo Social Municipal sob pena da eventual devolução deste fundo por parte da Câmara Municipal. ----------

----- **Quarto** - A regularização do processo do direito de superfície da Casa Cunha. ----------

----- **Quinto** - Envio ao Tribunal de Contas da compra das acções da Terra de Fajãs. ----------

----- **Sexto** - Inserção em sede de Orçamento Municipal para 2013 de uma provisão para riscos e encargos para cobrir o valor dos juros e encargos eventualmente debitáveis por terceiros após trinta dias do vencimento das respectivas obrigações camarárias. ----------

----- Dado que se trata de um documento enviado directamente pelo ROC para esta Assembleia Municipal, aliás no cumprimento da Lei, muito embora cópia do mesmo tenha sido presente a reunião da Executivo Camarário, não dou a palavra ao senhor presidente da Câmara para o apresentar mas convido-o a pronunciar-se sobre o mesmo e sobre o propósito ou oposição à concretização das acções propostas pelo ROC. ----------

-----Posto isto, o senhor presidente da câmara respondeu que, como todos sabiam, aqueles documentos traziam uma série de recomendações, algumas melhoradas em

relação ao ano anterior, outras que se mantinham, considerando que aqueles documentos eram uma ajuda para a gestão do Município, muito embora houvesse coisas que os deixava satisfeitos outras menos satisfeitos e algumas, que eles estavam a pensar melhorar para o próximo ano. ----------

-----Depois de lhe ter sido concedida a palavra, o senhor deputado Mark Marques referiu-se aos créditos municipais não cobrados devidos pelo abastecimento de água e, referindo-se à Casa de Repouso João Inácio de Sousa, a cuja direcção presidia, disse que, no mês de Fevereiro daquele ano, tinha solicitado à Câmara Municipal, tendo em conta a crise, a isenção do pagamento de água por parte daquela instituição, referindo que aquele relatório indicava que a três de Setembro aquela situação escandalosa continuava e uma vez que via entidades como a União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de S. Jorge, a dever noventa e cinco mil euros de água, sendo um sector económico que tinha obtido auxílio no valor de milhões e milhares de euros, ao longo dos anos e de todos os Governos, a Casa de Repouso fizera um ofício à Câmara Municipal, que esta não tinha respondido, pelo que, no entanto, tinham feito uma segunda insistência, que passava a ler. "Acusamos a recepção do ofício de V. Ex.ª. Considerando que o Município das Velas não pode, nem deve ficar alheio ao que se passa ao seu redor na área social. Considerando que é também da responsabilidade do Município atenuar as dificuldades sociais dos seus munícipes, mesmo de uma forma indirecta, como era o caso. Considerando os parques rendimentos da nossa Instituição, toda a área social, teria de ser abrangida. Considerando que foram gastos, no ano de 2011, com pagamento de água à Câmara Municipal das Velas a quantia de dez mil seiscentos e cinquenta e dois euros, sempre pago atempadamente. Considerando que é público, por que existem entidades do sector público, que não tem pago água o que nos leva a ficar muito indignados, com tal situação porque julgamos e volto a repetir o crime não devia compensar. Considerando que nesta data que já foram feitas a redução dos trinta por cento das restantes ligações, (que eram aquelas que o senhor deputado dizia que tinham a ver com casas pequeninas, nada tendo a ver com o consumo), assim, vimos pelo presente solicitar a V.Ex.ª, a reapreciação do nosso pedido de fazer concepção gratuita da água à nossa Instituição, durante o ano de 2012". ------

----- O senhor deputado municipal Mark Marques referiu que aquela carta tinha sido escrita no dia onze de Abril e até àquela data não tinha tido resposta, e prosseguindo disse que a Instituição Casa de Repouso, que consumia mensalmente cerca de setecentos e tal euros de água, tinha pago a água até Abril, mas a Direcção tinha dito à contabilidade que, por uma questão de protesto, não pagaria a água enquanto não tivessem uma resposta a dizer pelo menos que os elementos da direcção da Casa de Repouso eram tolos porque discretos eram aqueles que não tinham pago, nomeadamente os noventa e cinco mil euros da União das Cooperativas, acrescentando que naquelas recomendações havia ali um parágrafo que "lhe punha de cabelos em pé" e que passava a citar. "Dado que na Lei dos Serviços Públicos essenciais, este tipo de receita, perde o seu direito à cobrança no final de seis meses, recomendamos que sejam tomadas medidas urgentes para regularizar estas dívidas, nomeadamente pela execução destas dívidas e se necessário o recurso ao corte do abastecimento de água". ----------

----- Continuando, o senhor deputado dizia que a sua pergunta tinha um sentido vindo de duas fontes: a fonte de indignação porque enquanto dirigente de uma Instituição de Solidariedade Social, que lutava para sobreviver e para ajudar os que precisavam, estando a câmara em Abril a dizer que era um assunto que se ia resolver e vindo o relatório em Setembro com aquele descalabro e porque queria dizer que a Casa de Repouso devia setecentos e oito euros, mas o que devia ainda estava dentro dos cobráveis, não se tendo refugiado naquela habilidadezinha de mais de seis meses, e que a sua integridade, honestidade e palavra de cumprir se mantinha, tendo sido bom terem feito o que fizeram, para o nome e o número terem aparecido ali e tinha dado ao menos para falar dele enquanto Instituição de Solidariedade Social. ------

----- Para finalizar, o senhor deputado municipal Mark Marques solicitou que o senhor presidente da câmara tivesse a dignidade de responder à Casa de Repouso dizendo que não valia a pena serem honestos porque tinham de pagar e a direcção da Instituição não discordaria, mas ele, enquanto membro da Assembleia Municipal, perguntava se aquilo ia continuar sempre daquela maneira e rematou dizendo que ficava a recomendação, muito embora não soubesse aonde ela iria parar. ----------

-----No uso da palavra, o senhor presidente da câmara disse que realmente era uma das preocupações que tinha, e, uma vez que tinham falado na Uniqueijo, dizia que se reparassem a câmara municipal já tinha feito uma reunião com a empresa e esta já tinha pago uma parte da água que devia, tendo ficado acordado que o resto seria pago em transferências e que estava convencido que ela ia pagar porque, como era evidente, não ia chegar junto de nenhuma Instituição e cortar a água, sobretudo a Uniqueijo por ser ela a base da economia da ilha, e que não falava em mais outra instituição, uma vez que só se tinha falado na Uniqueijo, tendo de haver alguma calma naquelas situações. ----------

-----O senhor presidente da assembleia usou da palavra para dizer que depois daquela intervenção ele também tinha umas questões para colocar no que respeitava à publicação das dívidas para não acontecer coisas idênticas às no ano anterior, porque a publicação das dívidas dos consumidores continuava obrigatória naquele momento, por já estar regulamentada a Lei dos Compromissos, e o que se verificava naquele quadro era que a dívida à Câmara que ali constava seria apenas de sessenta e seis mil setecentos e quarenta e um euros e oito centavos, sendo maior que a do ano anterior, não sendo cobrável a que tinha mais de seis meses, contando esse prazo do fornecimento do serviço e não da data da facturação, pelo que o relatório referia que a facturação e a cobrança fosses rápida, verificando-se que daqueles cento e sessenta e seis mil, a Câmara só poderia cobrar cerca de trinta e seis mil euros, a não ser que tentasse enganar os consumidores o que, comparando com a actual cobrança das taxas e licenças, não seria inédito. ----------

----- Referiu ainda o senhor presidente da assembleia que seria importante que a câmara, por via administrativa, eliminasse todos os valores provenientes de fornecimentos ocorridos há mais de seis meses da data de cada relatório a publicar, referindo que a câmara municipal ainda tinha três meses para administrativamente resolver o caso, eliminando as verbas que não seriam cobráveis nos termos da legislação em vigor. ----------

----- Para finalizar o senhor presidente da assembleia municipal referiu-se ao caso do empréstimo da empresa "Terra de Fajãs" como contando para o endividamento municipal dizendo que, enquanto um jurista contratado pela câmara municipal dava

uma opinião, a DROAP, dava uma opinião totalmente diferente, indicando num parecer vinculativo relativamente ao mesmo assunto esclarecendo que "os outorgantes deveriam cumprir as responsabilidades, nele assumidas reflectindo-se anualmente no orçamento da autarquia, transferências financeiras previstas no mesmo, e durante vinte e um anos, não se encontrando fundamento, para o aditamento de natureza interpretativa ora em análise" reforçando a ideia que aquela recomendação, segundo o ROC, era definitiva, e que a DROAP dizia o mesmo. ----------

----- Continuando a usar da palavra, o senhor presidente da assembleia disse que era aquilo que lhe oferecia dizer sobre aquela matéria, sendo interrompido pelo senhor presidente da câmara que lhe solicitou que todos os documentos fossem aprovados em minuta dali em diante, inclusive aquele, porque realmente eram importantes para o Município. ----------

----- Assim, o senhor presidente da assembleia interrompeu o assunto que vinha sendo tratado para análise daquela proposta que não tendo qualquer intervenção na sua discussão, foi posta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade que todas as deliberações tomadas posteriormente pela assembleia municipal naquela sessão o seriam em minuta para imediata execução. ----------

----- Posto isto, o senhor presidente da assembleia retomou a questão que se tratava anteriormente sobre este ponto da ordem dos trabalhos e não havendo mais intervenções e não sendo passível de votação o relatório do ROC, pôs à votação a proposta de recomendação, sendo a mesma aprovada por unanimidade. ----------

----- Posto isto, passou-se ao ponto seguinte da ordem da ordem de trabalhos, que versava a **análise da proposta de modificação do orçamento, primeira revisão aos documentos previsionais de 2012.** ----------

----- Introduzindo o documento para discussão, o senhor presidente da assembleia disse que aquela proposta visava incluir o saldo da gerência anterior (ano de 2011) no orçamento e plano para o ano de 2012, cujo saldo fora de sessenta e oito mil, duzentos a quatro euros e quarenta e dois cêntimos e a sua distribuição destinava-se a despesas correntes no valor de cinquenta e cinco mil, setecentos e quatro euros e quarenta e dois cêntimos, ou seja, oitenta e dois por cento a despesas correntes e os restantes doze mil e quinhentos euros a despesas de capital. ----------

----- Disse também que, tratando-se de uma proposta da câmara municipal, dava a palavra ao senhor presidente da câmara municipal para apresentação da respectiva proposta de Modificação ao Orçamento através da 1ª Revisão aos documentos previsionais de 2012. ----------

----- Não querendo o senhor presidente da câmara usar da palavra, foi aberta a discussão deste ponto da ordem dos trabalho, tendo intervindo o senhor deputado municipal Abel Moreira que disse que nos mapas fornecidos aparecia no ponto quatro, três ponto zero, a aquisição de uma habitação para construção de um parque de estacionamento pelo que solicitou ao senhor presidente da câmara um esclarecimento sobre a referida habitação. ----------

----- No uso da palavra que lhe foi concedida o senhor presidente da câmara respondeu ao senhor deputado Abel Moreira que se tratava da habitação que tinha estado no ano anterior no Plano e Orçamento e não fora comprada, situada junto do Marítimo Velense. ----------

----- Não havendo mais senhores deputados inscritos para usar da palavra, o senhor presidente da assembleia deu por encerrada a discussão deste ponto passando à sua votação, tendo a proposta de modificação ao orçamento, primeira revisão dos documentos profissionais de 2012 sido aprovada com os votos a favor do grupo municipal do Partido Socialista e a abstenção dos elementos dos restantes grupos municipais representados na assembleia. ----------

----- Passou-se imediatamente ao ponto seguinte da ordem de trabalhos sobre a **"fixação das taxas pelos direitos de passagem/lei das comunicações electrónicas, para o ano de 2013"**. ----------

----- O senhor presidente da assembleia municipal esclareceu que a proposta, aprovada por unanimidade na Câmara Municipal, encontrava-se com informação do técnico da orgânica de Urbanismo da fiscalização das Taxas e Licenças, cujo teor também havia sido distribuído aos senhores deputados municipais, declarando aberta a discussão. ----------

-----Não se tendo verificado intervenções, passou-se à votação, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade. ----------

-----Passando-se para o ponto seguinte da ordem de trabalhos o senhor presidente da assembleia disse tratar-se da proposta camarária de **fixação das taxas do IMI, Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2013**, referindo que a proposta fixava os prédios rústicos a uma taxa de zero vírgula oito por cento e os prédios urbanos a uma taxa de zero vírgula quatro por cento e os urbanos avaliados nos termos do CMI na taxa de zero vírgula três por cento, podendo informar que eram as taxas mais baixas que a Lei permitia e indicava, anunciando a abertura da discussão e perguntando ao senhor presidente da câmara se havia alguma base técnica que motivasse a constante variação dessas taxas de ano para ano, tendo o senhor presidente da câmara que se tratava apenas de uma opção política. ----------

----- Ao usar da palavra, o senhor deputado municipal Abel Moreira disse que o seu grupo municipal se congratulava com aquele abaixamento das taxas, e tal como tinha sido feito pelo senhor presidente da assembleia perguntava também, qual tinha sido a base utilizada para a variação nos últimos anos, referindo que felizmente a câmara tinha tido o bom senso de baixar para o mínimo que a Lei permitia. ----------

----- Não se verificando mais intervenções passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade. ----------

----- De imediato se passou ao penúltimo ponto da ordem de trabalhos que versava a "análise do parecer da Câmara Municipal sobre a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica / Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio" tendo o senhor presidente da assembleia municipal dito que sendo o parecer proveniente de deliberação da câmara municipal, convidava o senhor presidente da câmara a fazer a sua apresentação e fornecer-lhes as principais linhas de fundamentação, em que o referido parecer se baseava. ----------

-----Ao usar da palavra, o senhor presidente da câmara disse que de facto a edilidade tinha feito um estudo porque se apercebia que a proposta governamental era de quem não conhecia a ilha minimamente, pelo que a câmara municipal das Velas não podia estar de modo algum de acordo com aquela proposta mas que, de qualquer forma, à assembleia municipal competia dar o seu parecer. ----------

----- Ao voltar a usar da palavra, o senhor presidente da assembleia disse que, sendo o primeiro inscrito para falar daquele parecer, disse que na sua opinião, e

prescindindo de qualquer argumentação sobre a bondade ou eventuais efeitos perniciosos das medidas a adoptar, considerava que este parecer estava bem fundamentado e politicamente correcto quando levantava a questão da sua eventual inconstitucionalidade em face do Estatuto da Região Autónoma dos Açores porque, com efeito, considerava-o como uma invasão aos poderes estatutários da Região Autónoma dos Açores o que, por si só, era fundamentação suficiente para a não aprovação de qualquer alteração à matéria versada. ----------

----- Referiu também que, ao contrário de outras ilhas e zonas do continente, em S. Jorge não se havia criado recentemente qualquer freguesia e que a mais recente freguesia do concelho data do século XVIII, e que sem atender a especificidades próprias da região autónoma, e era por ter especificidades própria que os Açores constituíam uma Região Autónoma, fazia-se uma lei para o País em geral, sem se fazer aquela distinção. ----------

----- Posto isto, e não havendo mais intervenções, foi dada por encerrada a discussão deste ponto da ordem dos trabalhos e passando-se à votação foi a proposta de parecer aprovada por unanimidade. ----------

Passando-se de imediato ao último ponto da ordem de trabalhos que versava a proposta da câmara municipal para "**a contratação de um técnico, para prestação de serviços na área de informática, cujas despesas se efectuariam em mais de um ano económico**", tendo o senhor presidente da assembleia municipal convidado o senhor presidente da câmara municipal para a sua apresentação solicitando que na sua apresentação fossem apresentadas as principais linhas do caderno de encargos bem como as funções a desempenhar pelo técnico a contratar e o respectivo horário de trabalho. ----------

----- Não se tendo verificado a apresentação da proposta por parte do senhor presidente da câmara, por escusa deste, o senhor presidente da assembleia municipal declarou aberto o debate, solicitando a inscrição dos senhores deputados municipais que pretendessem usar da palavra. ----------

----- Não havendo inscrições, foi o debate encerrado e, posta a proposta à votação, foi a mesma aprovada com os votos a favor dos elementos dos grupos municipais do PS e do CDS-PP e a abstenção dos elementos do grupo municipal do PSD.

-----Posto isto, o senhor presidente da assembleia disse que aquela sessão tinha chegado ao fim e informou que, em breve, convocaria a Comissão Permanente, para análise do parecer sobre a proposta de interpretação da tal legislação sobre os empréstimos das Empresas Municipais, já da posse do documento da DROAP e do Tribunal de Contas, como havia anunciado atempadamente assim como o parecer do jurista da câmara municipal das Velas que contestava o anterior parecer da Comissão Permanente, acrescentando que possivelmente para além daquela reunião iria haver mais alguma reunião da mesma Comissão, uma vez que, se não houvesse alguma sessão extraordinária, a próxima sessão seria para análise do Plano e Orçamento, esperando que a Câmara cumprisse, à semelhança do ano anterior, a proposta daquela assembleia para apresentação dos documentos até quinze de Novembro, para a assembleia municipal poder, com tempo e profundidade, fazer as devidas reuniões das comissões e plenário. ----------

----- Não havendo mais nada a tratar, deu-se, então, por terminada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai assinada pela Mesa da Assembleia ----------

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária no passado dia 25 de Setembro deliberou, por maioria, com onze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e três votos a favor do Grupo Municipal do Centro Democrático Social – Partido Popular e com a abstenção dos cinco membros presentes do Grupo Municipal do Partido Social Democrata aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade o pedido de autorização nos termos do número 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, para a realização de despesas em mais de um ano económico no total de 32 400,00 € (trinta e dois mil e quatrocentos euros) distribuídas pelo ano de 2012 no valor de 2 700,00 € (dois mil e setecentos euros), pelo ano de 2013 no valor de 10 800,00 € (dez mil e oitocentos euros), pelo ano de 2014 no valor de 10 800,00 € (dez mil e oitocentos euros) e pelo ano de 2015 no valor de 8 100,00 € (oito mil e cem euros) que se destinam à contratação de técnico informático para a prestação de serviços em regime de avença por um período de um ano, com possibilidade de renovação, expressa ou tácita até ao máximo legal de três anos

Velas, 26 de Setembro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária no passado dia 25 de Setembro deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade o parecer constante da proposta de deliberação sobre a reorganização administrativa territorial autárquica – Lei nº 22/2012, de 30 de Maio, aprovado por unanimidade na reunião da Câmara Municipal do dia 4 de Setembro de 2012 e cujo teor se anexa a esta certidão, dela fazendo parte integrante.

Velas, 26 de Setembro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária no passado dia 25 de Setembro deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a proposta de deliberação sobre a taxa pelos direitos de passagem – lei das comunicações electrónicas, fixando a taxa de 0,2% para o ano de 2013.

Velas, 26 de Setembro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária no passado dia 25 de Setembro deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a proposta de deliberação sobre a fixação das taxas do imposto municipal sobre imóveis, de acordo com o artigo 112º do decreto-lei nº 287/2003, de 12 de Novembro, fixando as taxas para o ano de 2013 de 0,8% para os prédios rústicos, 0,4% para os prédios urbanos e 0,3% para os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI.

Velas, 26 de Setembro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária no passado dia 25 de Setembro deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por unanimidade a Proposta de Recomendação cujo texto é do seguinte teor:

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

- Tendo em consideração que o ROC tem vindo por diversas vezes ao longo do mandato a solicitar correcções para práticas que no seu entender são menos próprias;
- Verificando-se que, por outro lado, as alterações legislativas que se tem vindo a acentuar nos últimos tempos exigem, cada vez mais, práticas de controlo mais apertadas;
- Considerando que a transparência que deve existir na utilização dos dinheiros públicos deve impedir as práticas determinadas pela lei e evitar o branqueamento dos actos públicos.
- Considerando que algumas das recomendações do ROC têm impacto directo no próximo Orçamento Municipal:

Proponho que a Assembleia Municipal das Velas aprove a seguinte Recomendação à Câmara Municipal das Velas:

"A Assembleia Municipal das Velas recomenda à Câmara Municipal do mesmo concelho que efectue todas as correcções e implemente todos os ajustamentos constantes do ponto 2 do Relatório Semestral de Auditoria que nos foi enviado pelo ROC "UHY e Associados" relativo ao primeiro semestre do corrente ano, de forma a que o Plano e Orçamento Municipais para o ano de 2013 já contemple na parte aplicável tais recomendações e ajustamentos".

Velas, 26 de Setembro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DAS VELAS

CERTIDÃO

António Frederico Correia Maciel, Presidente da Assembleia Municipal do Concelho das Velas, certifica que:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas na sessão ordinária no passado dia 25 de Setembro deliberou, por maioria, com onze votos a favor do Grupo Municipal do Partido Socialista e três votos a favor do Grupo Municipal do Centro Democrático Social – Partido Popular e com a abstenção dos cinco membros presentes do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, aprovar em minuta a seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal do Concelho das Velas aprova por maioria a Proposta de Modificação ao Orçamento - 1ª Revisão aos documentos previsionais de 2012, tanto no que se refere ao Orçamento como às Grandes Opções do Plano, no valor global, tanto nas receitas como nas despesas de 68 531,42 € (sessenta e oito mil quinhentos e trinta e um euros e quarenta e dois cêntimos), sendo de tal valor destinados a despesas correntes a quantia de 55 704,42 € (cinquenta e cinco mil setecentos e quatro euros e quarenta e dois cêntimos) e a despesas de capital a quantia de 12 827,00 € (doze mil oitocentos e vinte e sete euros).

Velas, 26 de Setembro de 2012

O Presidente da Assembleia Municipal

António Frederico Correia Maciel